



**Brisa Potiguar**  
Complexo Eólico

**Ventos de Santo Uriel S.A.**

CNPJ nº 14.583.703/0001-02

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A.

Fazenda Açucena, BR 406, s/nº, Zona Rural,

João Câmara - RN

CEP 59550-000

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO  
E  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**2022**

**SUMÁRIO**

<b>RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>6</b>
Balancos Patrimoniais .....	6
Demonstrações de Resultados .....	7
Demonstrações de Resultados Abrangentes .....	7
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido .....	8
Demonstrações dos Fluxos de Caixa .....	9
<b>NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>10</b>
1 Contexto Operacional .....	10
2 Base de Preparação .....	10
3 Principais Políticas Contábeis .....	12
4 Caixa e Equivalentes de Caixa .....	17
5 Clientes .....	17
6 Títulos e Valores Mobiliários .....	17
7 Imobilizado .....	17
8 Partes Relacionadas .....	19
9 Fornecedores .....	19
10 Debentures .....	20
11 Outras contas a pagar .....	21
12 Provisões para Litígios e Passivos Contingentes .....	21
13 Patrimônio Líquido .....	21
14 Receita Operacional Líquida .....	22
15 Custos e Despesas Operacionais .....	23
16 Resultado Financeiro .....	23
17 Imposto de Renda e Contribuição Social .....	24
18 Instrumentos Financeiros .....	24
19 Seguros. ....	28
<b>RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE.....</b>	<b>29</b>
<b>PARECER DO CONSELHO FISCAL .....</b>	<b>32</b>

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### À ACIONISTA

A Administração da Ventos de Santo Uriel S.A. (Ventos de Santo Uriel ou Companhia), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2022, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e informa que a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição da acionista, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais, se necessários.

### A COMPANHIA

A Ventos de Santo Uriel é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE, subsidiária integral Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT), e controlada indireta da Companhia Paranaense de Energia (Copel). Atua na implantação, operação e exploração comercial como Produtor Independente de geração de energia elétrica por fonte eólica.

Está localizada no Município de João Câmara, no Estado do Rio Grande do Norte e sagrou-se vencedora no 4º Leilão de Energia de Reserva, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, realizado em 18.08.2011. Possui 9,0 MW médios comercializados por meio de Contratos de Energia de Reserva - CER, com vencimento em 30.06.2034.

A seguir são apresentadas as principais informações do parque gerador e da energia produzida:

Complexo Eólico	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Geração (GWh)	Preço MWh <sup>(1)</sup>	Início de operação comercial	Vencimento de outorga
Ventos de Santo Uriel	16,2	9,0	54,7	196,30	22.05.2015	09.04.2047

<sup>(1)</sup> Valores referentes ao total bruto gerado em 2022.

<sup>(2)</sup> Preço atualizado até dezembro/2022.

**DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

Em R\$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	2022	2021	variação %
<b>Indicadores Contábeis</b>			
Ativo total	62.894	61.748	1,9
Caixa e equivalentes de caixa	18.036	13.793	30,8
Títulos e valores mobiliários	3.039	2.732	11,2
Dívida total	25.257	27.203	(7,2)
Dívida líquida	4.182	10.678	(60,8)
Receita operacional bruta	10.970	10.738	2,2
Deduções da receita	(462)	(422)	9,5
Receita operacional líquida	10.508	10.316	1,9
Custos e despesas operacionais	(8.651)	(6.765)	27,9
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	1.857	3.551	(47,7)
Ebitda ou Lajida (*)	4.932	6.626	(25,6)
Resultado financeiro	(992)	(2.450)	(59,5)
IRPJ/CSLL	(1.062)	(555)	91,4
Lucro operacional	865	1.101	(21,4)
Lucro Líquido (Prejuízo) do exercício	(197)	546	(136,1)
Patrimônio líquido	29.790	29.987	(0,7)
<b>Indicadores Econômico-Financeiros</b>			
Liquidez corrente (índice)	2,3	2,9	(20,7)
Liquidez geral (índice)	0,7	0,6	16,7
Margem Ebitda/Lajida (Ebitda ou Lajida/receita operacional líquida) (%)	46,9	64,2	(26,9)
Dívida total sobre o patrimônio líquido (%)	84,8	90,7	(6,5)
Margem operacional (resultado operacional/receita operacional líquida)	8,2	10,7	(23,4)
Margem líquida (lucro líquido (prejuízo)/receita operacional líquida) (%)	(1,9)	5,3	(135,8)
Participação de capital de terceiros (%)	52,6	51,4	2,3
Rentabilidade do patrimônio líquido (lucro líquido (prejuízo)/patrimônio líquido)	(0,7)	1,8	(138,9)

(\*) " Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization " ou "Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização".

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos ao acionista, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

Curitiba, 13 de abril de 2023

Marcio Raphael Ploszaj

Diretor Executivo

## **COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA**

### **CONSELHO ADMINISTRATIVO**

Presidente do Conselho MARCIO LUIZ BLOOT  
Membros JUAREZ RIBAS TEIXEIRA JUNIOR  
THAIS CERCAL DALMINA LOSSO  
ELOIR JOAKINSON JUNIOR  
DAIANE MEDINO WOTKOSKI  
MILTON FRANCISCO DOS SANTOS JUNIOR

### **CONSELHO FISCAL**

Presidente do Conselho ITAMAR PINTO PAZ  
Membros Titulares LUIZ HENRIQUE DE MELLO  
WALTER GUANDALINI JUNIOR  
KLEBERSON LUIZ DA SILVA  
Membros Suplentes ANA CLARA SOLIS DE FIGUEIREDO MORRISSY  
FABIANO LUFT CHUDZIKIEWICZ  
ANGELA BEATRIZ ALCAIDE  
FELIPE SANTOS RIBAS

### **DIRETORIA**

Diretor Executivo MARCIO RAPHAEL PLOSZAJ  
Diretor Administrativo-Financeiro ADRIANO FEDALTO

### **CONTADOR**

CRC-PR-050585/O-9 FERNANDO DE LIMA DOS SANTOS

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**Balancos Patrimoniais**  
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021  
 em milhares de reais

<b>ATIVO</b>	<b>NE nº</b>	<b>31.12.2022</b>	<b>31.12.2021</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	18.036	13.793
Clientes	5	1.065	1.000
Outros créditos		-	638
Imposto de renda e contribuição social		313	83
Despesas antecipadas		99	96
		<b>19.513</b>	<b>15.610</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
<b>Realizável a Longo Prazo</b>			
Títulos e valores mobiliários	6	3.039	2.732
Outros tributos a recuperar		45	44
		<b>3.084</b>	<b>2.776</b>
<b>Imobilizado</b>	7	<b>40.297</b>	<b>43.362</b>
		<b>43.381</b>	<b>46.138</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>62.894</b>	<b>61.748</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>NE nº</b>	<b>31.12.2022</b>	<b>31.12.2021</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Obrigações sociais e trabalhistas			
Partes relacionadas	8	66	84
Fornecedores	9	1.902	459
Imposto de renda e contribuição social		134	103
Outras obrigações fiscais		93	70
Debêntures	10	2.743	2.684
Dividendos a pagar	13.3	-	130
Outras contas a pagar	11	3.580	1.888
		<b>8.518</b>	<b>5.418</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		594	132
Debêntures	10	22.514	24.519
Outras contas a pagar	11	1.478	1.692
		<b>24.586</b>	<b>26.343</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	13.1	23.058	23.058
Reserva legal	13.2	526	526
Reserva de retenção de lucros	13.2	6.206	6.403
		<b>29.790</b>	<b>29.987</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>62.894</b>	<b>61.748</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações de Resultados**  
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021  
 em milhares de reais

	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	14	<b>10.508</b>	<b>10.316</b>
<b>Custos Operacionais</b>	15	<b>(8.255)</b>	<b>(6.365)</b>
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>		<b>2.253</b>	<b>3.951</b>
<b>Despesas Operacionais</b>			
Despesas com vendas	15	(20)	-
Despesas gerais e administrativas	15	(320)	(342)
Outras despesas operacionais	15	(56)	(58)
		<b>(396)</b>	<b>(400)</b>
<b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS</b>		<b>1.857</b>	<b>3.551</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	16		
Receitas financeiras		2.003	632
Despesas financeiras		(2.995)	(3.082)
		<b>(992)</b>	<b>(2.450)</b>
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>		<b>865</b>	<b>1.101</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	17		
Imposto de renda e contribuição social		(600)	(1.222)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(462)	667
		<b>(1.062)</b>	<b>(555)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b>		<b>(197)</b>	<b>546</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - Em R\$</b>			
Ações ordinárias	13.4	(0,00854)	0,02368

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações de Resultados Abrangentes**  
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021  
 em milhares de reais

	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
<b>LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b>		<b>(197)</b>	<b>546</b>
Outros resultados abrangentes		-	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>		<b>(197)</b>	<b>546</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**  
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021  
 em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
<b>Saldo em 1º.01.2021</b>		<b>23.058</b>	<b>499</b>	<b>6.014</b>	-	<b>29.571</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	546	546
Destinação proposta à A.G.O.:						
Reserva legal	13.2	-	27	-	(27)	-
Dividendos	13.3	-	-	-	(130)	(130)
Reserva de retenção de lucros	13.2	-	-	389	(389)	-
<b>Saldo em 31.12.2021</b>		<b>23.058</b>	<b>526</b>	<b>6.403</b>	-	<b>29.987</b>
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	(197)	(197)
Destinação proposta à A.G.O.:						
Reserva legal	13.2	-	-	-	-	-
Dividendos	13.3	-	-	-	-	-
Absorção do prejuízo	13.2	-	-	(197)	197	-
<b>Saldo em 31.12.2022</b>		<b>23.058</b>	<b>526</b>	<b>6.206</b>	-	<b>29.790</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa**  
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021  
 em milhares de reais

	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Prejuízo / Lucro do exercício		(197)	546
<b>Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais</b>			
Encargos e variações monetárias líquidas		2.910	3.082
Imposto de renda e contribuição social	17	600	1.222
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	462	(667)
Depreciação	7	3.075	3.074
Perdas de créditos esperadas		20	-
		<b>6.870</b>	<b>7.257</b>
<b>Redução (aumento) dos ativos</b>			
Clientes		(85)	(143)
Outros créditos		638	30
Imposto de renda e contribuição social		(230)	291
Outros tributos a recuperar		(1)	3
Despesas antecipadas		(3)	25
		<b>319</b>	<b>206</b>
<b>Aumento (redução) dos passivos</b>			
Partes relacionadas		(18)	(1)
Fornecedores		1.443	86
Outras obrigações fiscais		23	(3)
Outras contas a pagar		1.478	832
		<b>2.926</b>	<b>914</b>
<b>CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>10.115</b>	<b>8.377</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(569)	(1.197)
Encargos de debêntures pagos	10.2	(2.245)	(2.130)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>7.301</b>	<b>5.050</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aplicações financeiras		(307)	(101)
Aquisições de imobilizado	7	(10)	(16)
<b>CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		<b>(317)</b>	<b>(117)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Amortização de principal de debêntures	10.2	(2.611)	(2.524)
Dividendos pagos		(130)	-
<b>CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		<b>(2.741)</b>	<b>(2.524)</b>
<b>TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>4.243</b>	<b>2.409</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	13.793	11.384
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	18.036	13.793
<b>VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>4.243</b>	<b>2.409</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021  
em milhares de reais

### **1. Contexto Operacional**

A Ventos de Santo Uriel S.A. (Ventos de Santo Uriel ou Companhia) com sede na Fazenda Açucena, BR 406, s/nº, João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte, é uma sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A (Copel GeT), e controlada indireta da Companhia Paranaense de Energia (Copel). Tem como objeto social a exploração da central geradora eólica EOL Ventos de Santo Uriel, por meio da Portaria MME nº 201/2012.

### **2. Base de Preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Diretoria declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 13.04.2023.

#### **2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **2.2 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

#### **2.3 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

### 2.3.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto aqueles que envolvem estimativas estão incluídas na NE nº 3.1 - Instrumentos Financeiros: definição da categoria dos instrumentos financeiros.

### 2.3.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas com uma possibilidade razoável de levar a ajustes significativos nos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nºs 3.2 e 7 - Imobilizado: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nºs 3.3 e 7 - Redução ao valor recuperável de ativos: definição de premissas, determinação da taxa de desconto e previsão dos fluxos de caixa;
- NEs nºs 3.4 e 12 - Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;
- NEs nºs 3.5 e 14 - Reconhecimento de receita: estimativa de valores não faturados; e
- NE nº 3.6 - Operações de compra e venda de energia elétrica na CCEE: previsão de valores que serão faturados pela CCEE.

## **2.4 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional**

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia conta com o suporte financeiro da Copel GeT.

### **3. Principais Políticas Contábeis**

#### **3.1 Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

Depois do reconhecimento inicial os ativos financeiros somente são reclassificados se a Companhia mudar o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e esta reclassificação deve ocorrer de forma prospectiva.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos bem como não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes nem passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

##### **3.1.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

##### **3.1.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado**

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

### 3.1.3 Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

### 3.1.4 Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidas no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

### 3.1.5 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

## **3.2 Imobilizado**

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que lhe são atribuíveis.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

## **3.3 Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment***

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

### 3.3.1 Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas para toda existência dos ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

As contas a receber de clientes são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios para isso incluem, entre outras coisas, a incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com a Companhia ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas.

### 3.3.2 Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras; em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

## 3.4 **Provisões**

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal, formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou que a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado.

Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridas com programas socioambientais não provisionados relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza e são registrados diretamente no resultado do exercício, exceto os custos ou despesas para renovação das licenças, que são registrados como ativo intangível e amortizado pelo prazo da vigência da licença.

### **3.5 Reconhecimento da receita**

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente principalmente do suprimento de energia elétrica.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos, a estimativa de preço e o volume fornecido.

Tendo em vista que as empresas de geração eólica estão sujeitas a montantes mínimos de geração, a Companhia entende que está sujeita a contraprestação variável, e por esta razão, constitui provisão pela não *performance* com base nas estimativas de geração anual, deduzindo da receita.

### **3.6 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE**

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD - Preço de Liquidação das Diferenças correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

### **3.7 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social são apurados trimestralmente com base no "Lucro Presumido". O imposto de renda presumido é calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o percentual de 8% da receita bruta de venda de energia (produto), acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre e a contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre o percentual de 12% da receita bruta de venda de energia (produto).

Além disso, o imposto de renda calculado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para as parcelas dos lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre, e a contribuição social calculada pela alíquota de 9%, também incidem sobre as receitas financeiras auferidas nos resgates de aplicações financeiras, deduzidos os tributos incidentes (Imposto sobre Operações Financeiras - IOF). Sobre a receita financeira provisionada são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos.

### **3.8 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2022**

A partir de 1º.01.2022 estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- (i) CPC 25 / IAS 37: especificação sobre custos para cumprir contrato oneroso;
- (ii) CPC 27 / IAS 16: definições sobre recursos antes do uso pretendido;
- (iii) CPC 15 / IFRS 3: atualização da norma, tendo em vista as modificações da Estrutura Conceitual;
- (iv) Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018 – 2020: compreendem modificações no CPC 37 / IFRS 1, CPC 48 / IFRS 9, IFRS 16/ CPC 06 e CPC 29 / IAS 41.

### **3.9 Novas normas que ainda não entraram em vigor**

A partir dos exercícios seguintes estarão vigentes as alterações abaixo:

- (i) CPC 26 / IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS: classificação de passivos como circulantes ou não circulantes e alteração nas divulgações de políticas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
- (ii) CPC 50 / IFRS 17: novo pronunciamento para contratos de seguros, em substituição ao CPC 11 / IFRS 4 (a partir de 1º.01.2023);
- (iii) CPC 23 / IAS 8: atualização das definições de estimativas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
- (iv) CPC 32 / IAS 12: alterações no tratamento do imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação (a partir de 1º.01.2023);
- (v) CPC 06 / IFRS 16 – Arrendamentos: alterações relacionadas a operações de “*sale and leaseback*” (a partir de 1º.01.2024);
- (vi) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas.

#### 4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e bancos conta movimento	528	844
Aplicações financeiras de liquidez imediata	17.508	12.949
	<b>18.036</b>	<b>13.793</b>

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos líquidos de imposto de renda auferidos até a data de encerramento do período e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDBs e são remuneradas entre 96,0% e 101,0% da taxa da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

#### 5. Clientes

	Saldos vencidos	31.12.2022	31.12.2021
Contratos regulados	1.065	1.065	1.000
	<b>1.065</b>	<b>1.065</b>	<b>1.000</b>
	Circulante	1.065	1.000
	Não circulante	-	-

#### 6. Títulos e Valores Mobiliários

Categoria	Indexador	31.12.2022	31.12.2021
Cotas de fundos de investimentos	de 99% a 101% do CDI (a)	2.931	2.649
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	98,3% do CDI (a)	108	83
		<b>3.039</b>	<b>2.732</b>
	Circulante	-	-
	Não circulante	<b>3.039</b>	<b>2.732</b>

(a) Certificado de Depósito Interbancário - CDI

Os recursos referentes a Cotas de fundos de investimentos são vinculados aos contratos de debêntures (NE nº 10) e os recursos referentes ao CDB são vinculados à garantia financeira do Contrato de Uso do Sistema de transmissão e tem prazo de 25 a 54 meses a partir do final do período do relatório.

#### 7. Imobilizado

A Companhia registra no ativo imobilizado os bens utilizados nas instalações administrativas e industriais para geração de energia elétrica.

**7.1 Imobilizado por classe de ativos**

	<b>Custo</b>	<b>Depreciação Acumulada</b>	<b>31.12.2022</b>	<b>Custo</b>	<b>Depreciação Acumulada</b>	<b>31.12.2021</b>
<b>Em serviço</b>						
Máquinas e Equipamentos	61.758	(21.488)	40.270	61.759	(18.414)	43.345
	<b>61.758</b>	<b>(21.488)</b>	<b>40.270</b>	<b>61.759</b>	<b>(18.414)</b>	<b>43.345</b>
<b>Em curso</b>						
Custo	27	-	27	17	-	17
	<b>27</b>	<b>-</b>	<b>27</b>	<b>17</b>	<b>-</b>	<b>17</b>
<b>Total</b>	<b>61.785</b>	<b>(21.488)</b>	<b>40.297</b>	<b>61.776</b>	<b>(18.414)</b>	<b>43.362</b>

**7.2 Mutação do imobilizado**

	<b>Saldo em 1º.01.2021</b>	<b>Aquisi- ções</b>	<b>Deprecia- ção</b>	<b>Saldo em 31.12.2021</b>	<b>Aquisi- ções</b>	<b>Deprecia- ção</b>	<b>Saldo em 31.12.2022</b>
<b>Em serviço</b>							
Máquinas e Equipamentos	46.419	-	(3.074)	43.345	-	(3.075)	40.270
	<b>46.419</b>	<b>-</b>	<b>(3.074)</b>	<b>43.345</b>	<b>-</b>	<b>(3.075)</b>	<b>40.270</b>
<b>Em curso</b>							
Custo	-	17	-	17	10	-	27
	<b>-</b>	<b>17</b>	<b>-</b>	<b>17</b>	<b>10</b>	<b>-</b>	<b>27</b>
<b>Total</b>	<b>46.419</b>	<b>17</b>	<b>(3.074)</b>	<b>43.362</b>	<b>10</b>	<b>(3.075)</b>	<b>40.297</b>

A taxa média de depreciação é de 5,14% a.a. (4,98% em 2021).

A Administração não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos em 2022 e 2021.

## 8. Partes Relacionadas

Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
<b>Controladores</b>								
<b>Companhia Paranaense de Energia</b>								
Compartilhamento de estrutura (a)	-	-	-	4	-	-	-	-
<b>Copel GeT</b>								
Dividendos	-	-	-	130	-	-	-	-
Compartilhamento de estrutura (a)	-	-	49	53	-	-	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	11	-	-	-	(13)	(11)
Operação e Manutenção	-	-	13	-	-	-	(146)	(132)
<b>Entidade sob controle em comum</b>								
<b>Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.</b>								
Compartilhamento de estrutura (a)	-	-	4	4	-	-	-	-
<b>Santa Helena Energias Renováveis S.A.</b>								
Energia elétrica para revenda	-	-	1.353	-	-	-	(1.353)	-
<b>Marumbi Transmissora de Energia S.A.</b>								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(1)	-
<b>Uirapuru Transmissora de Energia S.A.</b>								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
<b>Copel Distribuição S.A. (Copel Dis)</b>								
Compartilhamento de estrutura (a)	-	-	14	23	-	-	-	-
<b>Pessoal chave da administração (b)</b>								
Honorários e encargos sociais	-	-	-	-	-	-	(22)	(26)
Planos previdenciários e assistenciais	-	-	-	-	-	-	-	(1)

- a) A Companhia registrou gastos com atividades corporativas entre controladoras e entidades sob controle comum, referentes a pessoal e administradores, conforme contrato de compartilhamento assinado entre as partes. As atividades estão concentradas nas suas controladoras e entidades sob controle comum.
- b) A Companhia não possui planos de benefícios de longo prazo para os Administradores, bem como não possui obrigações adicionais além dos benefícios de curto prazo divulgados no quadro acima.

## 9. Fornecedores

	31.12.2022	31.12.2021
Materiais e serviços	1.787	367
Encargos de uso da rede elétrica	115	92
	<b>1.902</b>	<b>459</b>
	<b>Circulante</b>	<b>1.902</b>
	<b>Não circulante</b>	<b>-</b>

## 10. Debentures

Emissão	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento		Encargos financeiros do contrato a.a.	Taxa efetiva de juros a.a.	Valor do contrato	31.12.2022	31.12.2021	
			inicial	final						
(1) 2ª	24.03.2016	192	15.08.2016	15.07.2032	TJLP + 2,02% a.a.	-	26.068	16.157	17.707	
(2) 2ª	24.03.2016	192	15.08.2016	15.07.2032	IPCA + 9,87% a.a.	IPCA+10,92% a.a.	11.172	9.189	9.595	
								<b>25.346</b>	<b>27.302</b>	
								<b>Dívida bruta</b>	<b>25.346</b>	<b>27.302</b>
								<b>(-) Custo de transação</b>	<b>(89)</b>	<b>(99)</b>
								<b>Dívida líquida</b>	<b>25.257</b>	<b>27.203</b>
								<b>Circulante</b>	<b>2.743</b>	<b>2.684</b>
								<b>Não circulante</b>	<b>22.514</b>	<b>24.519</b>

### Características

(1) Debêntures simples, 1ª série, não conversíveis em ações, emissão privada.

(2) Debêntures simples, 2ª série, não conversíveis em ações, emissão privada.

**Encargos financeiros:** juros mensais.

**Destinação:** implantação de centrais eólicas e sistemas de transmissão associados.

**Garantias:** real e fidejussória e penhor de ações da Copel Geração e Transmissão S.A.

**Interveniente garantidora:** Copel.

**Agente fiduciário:** não há.

### 10.1 Vencimentos das parcelas de longo prazo

31.12.2022	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida
2024	2.632	(9)	2.623
2025	2.632	(9)	2.623
2026	2.632	(9)	2.623
2027	2.632	(9)	2.623
2028	2.632	(9)	2.623
Após 2028	9.432	(33)	9.399
			<b>22.514</b>

### 10.2 Mutação de debêntures

<b>Saldo em 1º.01.2021</b>	<b>28.775</b>
Encargos	2.144
Variações monetárias	938
Amortização - principal	(2.524)
Pagamento - encargos	(2.130)
<b>Saldo em 31.12.2021</b>	<b>27.203</b>
Encargos	2.249
Variações monetárias	661
Amortização - principal	(2.611)
Pagamento - encargos	(2.245)
<b>Saldo em 31.12.2022</b>	<b>25.257</b>

### 10.3 Cláusulas contratuais restritivas - *covenants*

O contrato contém cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar o controlador direto ou indireto sem a prévia anuência dos debenturistas; não realizar, sem prévia e expressa autorização dos debenturistas, distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio, caso esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias ou não atenda aos índices financeiros estabelecidos. O descumprimento destas condições poderá implicar na necessidade de solicitação de anuência aos debenturistas ou na declaração de vencimento antecipado das dívidas. O indicador financeiro é o Índice de cobertura do serviço da dívida – ICSD que deve ser mantido igual ou maior que 1,3.

Em 31.12.2022, o indicador acordado, medido anualmente, não foi integralmente atendido. Contudo, a Companhia preventivamente solicitou e recebeu, em 30.12.2022, conforme carta do BNDES AE/DEENE2 nº 061/2022, o compromisso da instituição bancária de fomento de não declarar o vencimento antecipado das escrituras de debêntures, com base no desempenho desse índice no exercício de 2022. A Companhia tem expectativa de que o referido indicador seja cumprido em 2023.

## 11. Outras contas a pagar

	31.12.2022	31.12.2021
Provisão de não performance de geração de energia (NE nº 18.2.4)	5.052	3.353
Outras contas a pagar	6	227
	<b>5.058</b>	<b>3.580</b>
	<b>Circulante</b>	<b>1.888</b>
	<b>Não circulante</b>	<b>1.692</b>

## 12. Provisões para Litígios e Passivos Contingentes

A Companhia responde por processos judiciais de natureza fiscal e cível. A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.4 são atendidos. Em 31.12.2022, não há ações cujas perdas são consideradas prováveis, portanto, a Companhia não constituiu provisões para litígios.

Passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Em 31.12.2022, não há ações cujas perdas são consideradas possíveis.

## 13. Patrimônio Líquido

### 13.1 Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2022 monta R\$ 23.058 (R\$ 23.058, em 31.12.2021), composto por 23.058.000 ações ordinárias pertencentes à Copel Geração e Transmissão S.A.

### 13.2 Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros é constituída mediante retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a reserva legal, os juros sobre o capital próprio e os dividendos.

### 13.3 Dividendos

	31.12.2022	31.12.2021
<b>Base de cálculo para os dividendos</b>		
Lucro líquido do exercício	(197)	546
Reserva legal (5%)	-	(27)
	<b>(197)</b>	<b>519</b>
<b>Dividendos propostos</b>		
Dividendo mínimo obrigatório	-	130
	-	<b>130</b>
Dividendos por ação	-	0,00564

### 13.4 Lucro líquido básico e diluído por ação

	31.12.2022	31.12.2021
<b>Numerador básico e diluído</b>		
Lucro líquido (Prejuízo) básico e diluído alocado por classes de ações		
Ações ordinárias	(197)	546
<b>Denominador básico e diluído (em milhares)</b>		
Média ponderada das ações		
Ações ordinárias	23.058.000	23.058.000
<b>Lucro líquido (Prejuízo) do período básico e diluído por ação</b>		
Ações ordinárias	(0,00854)	0,02368

## 14. Receita Operacional Líquida

	31.12.2022	31.12.2021
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR (leilão)	12.385	11.355
Outras receitas operacionais	284	209
Provisão para não performance de geração	(1.699)	(826)
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>10.970</b>	<b>10.738</b>
(-) PIS/Pasep e Cofins	(462)	(422)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>10.508</b>	<b>10.316</b>

## 15. Custos e Despesas Operacionais

	<b>Custos operacionais</b>	<b>Despesas com vendas</b>	<b>Despesas gerais e administrativas</b>	<b>Outras despesas operacionais, líquidas</b>	<b>31.12.2022</b>	<b>31.12.2021</b>
Energia elétrica comprada para revenda	(1.466)	-	-	-	(1.466)	(8)
Encargos de uso da rede elétrica	(1.180)	-	-	-	(1.180)	(1.047)
Pessoal e administradores	-	-	(205)	-	(205)	(256)
Planos previdenciário e assistencial	-	-	(22)	-	(22)	(16)
Material	(2)	-	-	-	(2)	(3)
Serviços de terceiros	(2.038)	-	(62)	-	(2.100)	(1.811)
Depreciação e amortização	(3.075)	-	-	-	(3.075)	(3.074)
Perdas de créditos, provisões e reversões	-	(20)	-	-	(20)	-
Taxa de fiscalização da Aneel	-	-	-	(55)	(55)	(58)
Arrendamentos e aluguéis	(193)	-	(6)	-	(199)	(170)
Outros custos e despesas operacionais	(301)	-	(25)	(1)	(327)	(322)
	<b>(8.255)</b>	<b>(20)</b>	<b>(320)</b>	<b>(56)</b>	<b>(8.651)</b>	<b>(6.765)</b>

### 15.1 Compromissos estimados de arrendamentos e aluguéis não canceláveis

	<b>Até 1 ano</b>	<b>1 a 5 anos</b>	<b>Mais de 5 anos</b>	<b>Total 31.12.2022</b>
Arrendamento de terrenos	172	797	3.503	4.472

No saldo dos custos de arrendamentos e aluguéis estão contidos valores de arrendamento de terrenos para os quais, após a entrada em operação dos empreendimentos, os pagamentos são variáveis em função da receita auferida, aplicando um percentual sobre a receita bruta menos as deduções previstas em contrato (impostos, taxas e contribuições).

## 16. Resultado Financeiro

	<b>31.12.2022</b>	<b>31.12.2021</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Renda de aplicações financeiras	2.003	610
Outras receitas financeiras	-	22
	<b>2.003</b>	<b>632</b>
<b>(-) Despesas financeiras</b>		
Variação monetária e encargos da dívida	2.910	3.082
Outras despesas financeiras	85	-
	<b>2.995</b>	<b>3.082</b>
<b>Líquido</b>	<b>(992)</b>	<b>(2.450)</b>

## 17. Imposto de Renda e Contribuição Social

	31.12.2022		31.12.2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita de Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado	12.385	12.385	11.356	11.356
Outras Receitas Operacionais	284	284	255	255
Alíquota sobre a receita bruta	8%	12%	8%	12%
<b>Base de cálculo</b>	<b>1.014</b>	<b>1.520</b>	<b>929</b>	<b>1.393</b>
Receita Financeira	2.003	2.003	632	632
(-) Receita Financeira Provisionada	(1.359)	(1.359)	1.960	1.960
Outras Receitas	43	43	18	18
<b>Base de cálculo Receita Financeira</b>	<b>687</b>	<b>687</b>	<b>2.610</b>	<b>2.610</b>
<b>(=) Base de cálculo</b>	<b>1.701</b>	<b>2.207</b>	<b>3.539</b>	<b>4.003</b>
Alíquotas vigentes	15%	9%	15%	9%
Adicional	10%	-	10%	-
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>401</b>	<b>199</b>	<b>862</b>	<b>360</b>
Receita Financeira Provisionada	1.359	1.359	(1.960)	(1.960)
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos</b>	<b>339</b>	<b>123</b>	<b>(491)</b>	<b>(176)</b>

## 18. Instrumentos Financeiros

### 18.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2022		31.12.2021	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos Financeiros</b>						
<b>Valor justo por meio do resultado</b>						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	18.036	18.036	13.793	13.793
Títulos e valores mobiliários (b)	6	2	3.039	3.039	2.732	2.732
			<b>21.075</b>	<b>21.075</b>	<b>16.525</b>	<b>16.525</b>
<b>Custo amortizado</b>						
Cientes (a)	5		1.065	1.065	1.000	1.000
Mútuo (a)			-	-	-	-
			<b>1.065</b>	<b>1.065</b>	<b>1.000</b>	<b>1.000</b>
<b>Total dos ativos financeiros</b>			<b>22.140</b>	<b>22.140</b>	<b>17.525</b>	<b>17.525</b>
<b>Passivos Financeiros</b>						
<b>Custo amortizado</b>						
Fornecedores (a)	9		1.902	1.902	459	459
Debêntures (c)	10		25.346	25.346	27.302	27.302
			<b>27.248</b>	<b>27.248</b>	<b>27.761</b>	<b>27.761</b>
<b>Total dos passivos financeiros</b>			<b>27.248</b>	<b>27.248</b>	<b>27.761</b>	<b>27.761</b>

Os diferentes níveis de hierarquia de valor justo são classificados conforme a seguir:

**Nível 1:** obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; e

**Nível 2:** obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

**Apuração dos valores justos**

- a) Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- b) Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- c) Calculado conforme cotação do Preço Unitário - PU em 31.12.2022, obtido junto à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - Anbima.

**18.2 Gerenciamento dos riscos financeiros**

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

**18.2.1 Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

<b>Exposição ao risco de crédito</b>	<b>31.12.2022</b>	<b>31.12.2021</b>
Caixa e equivalentes de caixa (a)	18.036	13.793
Títulos e valores mobiliários (a)	3.039	2.732
Clientes (b)	1.065	1.000
	<b>22.140</b>	<b>17.525</b>

- a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.
- b) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. A Companhia considera baixo esse risco de crédito pois possui histórico imaterial de perdas e, também, por manter contratos regulados com distribuidores de energia elétrica que, por regra do setor, mantêm Contratos de Constituição de Garantias - CCG para cumprimento dos pagamentos.

**18.2.2 Risco de liquidez**

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

**Ventos de Santo Uriel S.A.**

São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil - Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os próximos 3 anos. A partir de 2027, repetem-se os indicadores de 2026 até o horizonte da projeção.

	<b>Juros (a)</b>	<b>Menos de 1 mês</b>	<b>1 a 3 meses</b>	<b>3 meses a 1 ano</b>	<b>1 a 5 anos</b>	<b>Mais de 5 anos</b>	<b>Passivo total</b>
<b>31.12.2022</b>							
Debêntures	NE nº 10	402	816	3.684	17.430	16.186	38.518
Fornecedores	-	1.902	-	-	-	-	1.902
		<b>2.304</b>	<b>816</b>	<b>3.684</b>	<b>17.430</b>	<b>16.186</b>	<b>40.420</b>

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

Conforme divulgado na NE nº 10.3, a Companhia tem Debêntures com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento destas obrigações.

### 18.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

#### **a) Risco de taxa de juros e variações monetárias**

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

### **Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias**

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto na data destas demonstrações financeiras estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável consideraram-se os saldos com a variação dos indicadores (CDI/Selic - 12,50%, IPCA - 5,78% e TJLP - 7,05%), previstos na mediana das expectativas de mercado para 2023 do Relatório Focus do Bacen, exceto a TJLP, que considera a projeção interna da Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base	Cenários projetados - dez.2023		
		31.12.2022	Provável	Cenário 1	Cenário 2
<b>Ativos financeiros</b>					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	3.039	380	285	190
		<b>3.039</b>	<b>380</b>	<b>285</b>	<b>190</b>
<b>Passivos financeiros</b>					
Debêntures	Alta TJLP	(16.157)	(1.139)	(1.424)	(1.709)
Debêntures	Alta IPCA	(9.189)	(531)	(664)	(797)
		<b>(25.346)</b>	<b>(1.670)</b>	<b>(2.088)</b>	<b>(2.506)</b>

#### 18.2.4 Risco de não performance dos empreendimentos eólicos

Os contratos de compra e venda de energia por fonte eólica estão sujeitos às cláusulas de performance, as quais preveem uma geração mínima anual e quadrienal da garantia física comprometida no leilão. Os empreendimentos estão sujeitos a fatores climáticos associados às incertezas da velocidade de vento. O não atendimento do que está disposto no contrato pode comprometer receitas futuras da Companhia. O saldo registrado no passivo referente a não *performance* está demonstrado na NE nº 11.

### 18.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio. O endividamento em relação ao patrimônio líquido é apresentado a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
Debêntures	25.346	27.302
(-) Caixa e equivalentes de caixa	18.036	13.793
(-) Títulos e valores mobiliários	3.039	2.732
<b>Dívida líquida</b>	<b>4.271</b>	<b>10.777</b>
Patrimônio líquido	29.790	29.987
<b>Endividamento do patrimônio líquido</b>	<b>0,14</b>	<b>0,36</b>

## 19. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros contratados pela Companhia está demonstrada a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Seguro D&O (a)	28.03.2024	130.443
Riscos Operacionais	27.06.2023	60.048
Responsabilidade Civil Geral	28.03.2024	30.000
Garantia de Pagamento - CHESF	19.11.2023	402

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 30.12.2022, de R\$ 5,2177.

Os seguros de garantia contratados possuem como avalista a Companhia Paranaense de Energia - Copel.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da  
Ventos de Santo Uriel S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de Santo Uriel S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações de resultados, de resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de Santo Uriel S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

## **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 13 de abril de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” PR

Jonas Dal Ponte  
Contador  
CRC nº RS 058908/O-1

**PARECER DO CONSELHO FISCAL  
SOBRE O RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2022 E OS ESCLARECIMENTOS DA  
DIRETORIA EXECUTIVA À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Os membros do Conselho Fiscal da Ventos de Santo Uriel S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório Anual e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas e os Esclarecimentos da Diretoria Executiva à Assembleia Geral Ordinária. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos Conselheiros e discutidas com a administração previamente. Com base nos trabalhos e discussões desenvolvidos ao longo do exercício, nas análises e entrevistas efetuadas, nos acompanhamentos e esclarecimentos prestados pela Administração e pela Auditoria Independente sobre os controles internos, e considerando ainda o Relatório do Auditor Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalvas, os conselheiros fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas referidas Demonstrações Financeiras e opinam que as referidas Demonstrações estão em condições de ser encaminhadas à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 13 de abril de 2023

(assinado eletronicamente)

**ITAMAR PINTO PAZ**

Presidente

(assinado eletronicamente)

**KLEBERSON LUIZ DA SILVA**

(assinado eletronicamente)

**LUIZ HENRIQUE DE MELLO**

(assinado eletronicamente)

**WALTER GUANDALINI JUNIOR**



Estas demonstrações financeiras  
estão publicadas no site da Copel.  
Utilize a câmera do seu smartphone  
para ler o código ao lado.

